

Suframa inicia 'lobby' para institucionalizar os incentivos fiscais

Ronaldo Lapa

MANAUS — A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) iniciou a mobilização de um lobby político-empresarial na Constituinte, para institucionalizar os incentivos e benefícios fiscais concedidos às empresas estabelecidas na região. A movimentação, segundo o superintendente da Suframa, Jadyr Magalhães, conta com o apoio do presidente da Fiesp, Mário Amato, e tem por objetivo dar suporte à emenda do deputado Bernardo Cabral, exigindo que qualquer modificação na política de incentivos para a região seja feita apenas por lei ordinária, aprovada pelo Congresso.

A legislação determina, que todas as indústrias estabelecidas na ZFM recebam incentivos federais, estaduais e municipais até o ano 2007, mas não garante que a atual política fique imune a alterações por força de portarias e decretos-leis do Executivo. São 400 indústrias — 60% no setor eletrônico, 10% no segmento químico, 8% na produção de veículos de duas rodas e 4% na relojoaria — espalhadas numa área de 2 milhões de metros quadrados, que tem a cidade de Manaus como centro e principal braço comercial.

A aprovação do parecer de Bernardo Cabral, que poderá ser votado até o dia 20 deste mês, acabará beneficiando grandes grupos, na maioria estrangeiros, que nos últimos anos iniciaram a transferência de parte de suas unidades industriais para a região amazônica, em busca dos incentivos oficiais. No conjunto, essas empresas faturaram, ano passado, em torno de US\$ 5 bilhões 500 milhões no mercado interno e US\$ 120 milhões em vendas ao exterior, mas pouco aplicaram para desenvolver tecnologia na região. Além disto, os salários pagos continuam muito abaixo do mercado no eixo Rio/São Paulo, segundo números do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus.

O superintendente da Zona Franca teme que o fim ou a alteração da política de incentivos provoque a migração de grande parte dessas indústrias de volta ao Centro/Sul, com prejuízos "incalculáveis" para a Amazônia Ocidental. Ficaria, de uma hora para outra, sem os 76 mil empregos diretos na indústria e 50 mil no comércio, sem falar no fim de quase 350 mil empregos indiretos.

Lobby — O movimento pela institucionalização da ZFM tem oposição, na Constituinte, de vários parlamentares da esquerda, especialmente o deputado Paulo Delgado (PT-MG), que pediu, semana passada, destaque para a votação do parecer de Bernardo Cabral. O superintendente espera mudar a situação num trabalho de convencimento de parlamentares, envolvendo reuniões entre os deputados contrários e os favoráveis à institucionalização.

A institucionalização da Zona Franca de Manaus também não é vista com bons olhos pela Secretaria Especial de Informática (SEI). Todos os projetos de fabricação de microcomputadores aprovados pela Suframa antes da aprovação da lei de reserva de mercado estão paralisados e não podem receber incentivos fiscais ou creditícios. Pela interpretação da SEI, contrariam a legislação em vigor. O superintendente, lembrando que os índices de nacionalização, em alguns casos, superam os 70%, garante que as divergências entre os dois órgãos estão causando ao país perda de receita estimada em US\$ 30 milhões por ano.

A Suframa contesta também a acusação de alguns setores do governo para os quais os incentivos da ZFM poderão, em pouco tempo, esvaziar os parques industriais do Sul do país. No raciocínio do superintendente, a concorrência é benéfica dentro dos padrões da economia de mercado, mas não é intenção da ZFM atrair a indústria de São Paulo para a região. Disse que a sua política é a de ajudar as indústrias e não o capital, e citou como exemplo o caso da Philips, que acaba de inaugurar em Manaus a mais moderna fábrica de vídeo-cassete da América Latina, "com investimentos superiores a CZ\$ 1 bilhão e geração de 300 empregos.